

Educação do campo, das águas e das florestas: diversidade cultural na construção do saber escolar na Amazônia paraense

Rural, water and forest education: cultural diversity in the construction of school knowledge in the Amazon of Pará

Educación rural, de las aguas y de las forestas: la diversidad cultural en la construcción del saber escolar en la Amazonía de Pará

Ronaldo dos Santos Leonel¹

<https://orcid.org/0000-0002-0475-4905>

Andreia de Oliveira Castro²

<https://orcid.org/0000-0001-8340-4657>

Jacirene Vasconcelos de Albuquerque³

<https://orcid.org/0000-0003-1884-1812>

¹ Universidade do Estado do Pará, Altamira, Pará – Brasil. E-mail: ronaldoleonelatm@gmail.com.

² Universidade do Estado do Pará, Marabá, Pará – Brasil. E-mail: andréia.dolcastro@aluno.uepa.br.

³ Universidade do Estado do Pará, Belém, Pará – Brasil. E-mail: jacirene@uepa.br.

Resumo

Este artigo aborda a importância da educação para os povos do campo, das águas e das florestas na região da Amazônia paraense com foco na valorização dos saberes locais e na promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais. Tem como objetivo analisar a importância do respeito à diversidade cultural na construção do saber escolar dos povos do campo, das águas e das florestas na Amazônia paraense, discutindo a relevância de uma educação porreta, que respeite a diversidade cultural. O percurso metodológico baseado em uma abordagem qualitativa pode ser justificado por se acreditar que o método proporcionou a indagação acerca dos limites e possibilidades que o próprio processo de pesquisa cotidianamente apresenta. O reconhecimento dos saberes locais é destacado como ponto de partida para o aprendizado nessas comunidades, possibilitando uma educação contextualizada e significativa. Nessa abordagem, a escola se torna um espaço de diálogo e troca de experiências, valorizando a cultura e o saber popular como fundamentais para a construção do conhecimento. São discutidas também as críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo, dissociado de suas realidades locais e desconsiderando suas culturas. Para superar esses desafios, são apresentados os avanços conquistados por meio da luta dos movimentos sociais,



especialmente os sem-terra, enfatizando a importância de iniciativas como a Licenciatura em Educação do Campo.

Palavras-chave: Educação do Campo. Currículo. Diversidade Cultural. Saber Escolar.

Abstract

This article addresses the importance of education for the people of the countryside, waters and forests in the Amazon region of Pará, focusing on valuing local knowledge and promoting the sustainable development of traditional communities. It aims to analyze the importance of respect for cultural diversity in the construction of school knowledge of the people of the countryside, waters and forests in the Amazon of Pará, discussing the relevance of a good education, which respects cultural diversity. The methodological approach based on a qualitative approach can be justified by the belief that it provided inquiry into the limits and possibilities that the research process itself presents on a daily basis. The recognition of local knowledge is highlighted as a starting point for learning in these communities, enabling contextualized and meaningful education. In this approach, the school becomes a space for dialogue and exchange of experiences, valuing culture and popular knowledge as fundamental for the construction of knowledge. However, criticisms of the current curriculum model imposed on the countryside, dissociated from their local realities and disregarding their cultures, are also discussed. To overcome these challenges, the advances achieved through the struggle of social movements, especially the landless, are presented, emphasizing the importance of initiatives such as the Degree in Rural Education.

Keywords: Rural Education. Curriculum. Cultural Diversity. School Knowledge.

Resumen

Este artículo aborda la importancia de la educación para la gente del campo, de las aguas y de las forestas de la región amazónica de Pará, centrándose en valorar los saberes locales y promover el desarrollo sostenible de las comunidades tradicionales. Tiene como objetivo analizar la importancia del respeto a la diversidad cultural en la construcción del saber escolar de los pueblos del campo, de las aguas y de las forestas de la Amazonia de Pará, debatiéndose la relevancia de una buena educación, que respete la diversidad cultural. El camino metodológico basado en un abordaje cualitativo puede justificarse por la creencia de que el método proporcionó una indagación sobre los límites y posibilidades que el propio proceso de investigación presenta en el día a día. Se destaca el reconocimiento de los saberes locales como punto de partida para el aprendizaje en estas comunidades, posibilitando una educación contextualizada y significativa. En este enfoque, la escuela se convierte en un espacio de diálogo e intercambio de experiencias, valorando la cultura y el saber popular como fundamentales para la construcción del conocimiento. También se discuten críticas al actual modelo curricular impuesto al campo, desvinculado de sus realidades locales y desconociendo sus culturas. Para superar estos desafíos, se presentan los avances logrados a través de la lucha de los movimientos sociales, especialmente de los sin tierra, enfatizando la importancia de iniciativas como la Licenciatura en Educación Rural.

Palabras clave: Educación Rural. Currículum. Diversidad Cultural. Saber Escolar.

1 Introdução

A Amazônia paraense é uma região de singular riqueza cultural e ambiental, habitada por diversos povos que têm na relação com o campo, as águas e as florestas a base de suas identidades e modos de vida. Nesse contexto, a educação se apresenta como um pilar fundamental para o fortalecimento dessas comunidades e para a preservação de suas tradições milenares (Vasconcelos *et al.*, 2017).

A educação voltada aos povos do campo, das águas e das florestas vai muito além do ensino formal de conteúdos acadêmicos. Ela desempenha um papel essencial na mediação de conhecimentos e perpetuação dos saberes tradicionais, conhecimentos ancestrais e valores culturais específicos dessas populações. É por meio desse aprendizado que se forja a identidade de cada indivíduo em sua comunidade e que se estabelece uma conexão íntima e respeitosa com a natureza que os cerca (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Historicamente, no entanto, essas comunidades têm enfrentado inúmeros desafios no que tange à educação. Segundo Barroso (2005), ainda assim, em sistemas sociais complexos como os educacionais, graças à diversidade dos agentes envolvidos com variados interesses, posições e estratégias utilizadas, destaca-se a existência de diferentes fontes, finalidades e modalidades de regulação. É possível afirmar, portanto, que, nos sistemas públicos de educação, o estado do Pará, apesar de ser fonte imprescindível de regulação, não cumpre essa tarefa com exclusividade e, quase sempre, não a destaca como a mais importante para os resultados obtidos, pois o sistema educacional se movimenta a partir de múltiplas regulações, surgidas da atuação de distintos agentes que, não raro, ocupam posições contraditórias, o que condiciona as consequências da ação reguladora do estado a certa imprevisibilidade (Baroso, 2005).

Outro desafio está relacionado ao modelo de currículo imposto, muitas vezes padronizado e distante da realidade local, que tem negligenciado a riqueza cultural desses povos e contribuído para a marginalização de suas formas de conhecimento (Vasconcelos *et al.*, 2017). Isso resulta em uma educação descontextualizada, que não atende às necessidades e não valoriza saberes, perpetuando um ciclo de exclusão e alienação.

Diante dessa realidade, torna-se imprescindível um estudo sobre alternativas para promoção de uma educação porreta, que respeite a diversidade cultural e valorize os conhecimentos tradicionais dos povos da Amazônia paraense. Por meio desse enfoque, é

possível potencializar a inclusão social, fortalecer a identidade das comunidades e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Neste artigo, objetivou-se analisar a importância do respeito à diversidade cultural na construção do saber escolar dos povos do campo, das águas e das florestas na Amazônia paraense. Mais especificamente, discutir a diversidade cultural na construção dos saberes dos povos amazônidas; investigar os conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante da educação desses povos; analisar a inclusão dos saberes culturais na educação dos povos da Amazônia paraense.

Além disso, foram levantadas críticas ao modelo de currículo imposto, apontando e discutindo suas fragilidades e as consequências negativas provocadas para a população do campo paraenses. Também foram apresentados os avanços conquistados, por meio da luta dos movimentos sociais, com destaque para a Licenciatura em Educação do Campo e outras iniciativas relevantes.

2 Respeito à diversidade cultural na construção dos saberes dos povos amazônidas

O reconhecimento das diferentes culturas presentes nas comunidades do campo, das águas e das florestas da Amazônia paraense é um elemento primordial para o fortalecimento da identidade e a preservação dos saberes ancestrais desses povos únicos e diversificados. Nessa vasta região, onde a natureza exuberante se mescla com a riqueza cultural, as comunidades amazônidas resguardam tradições milenares que são intrinsecamente ligadas à relação harmoniosa com o ambiente ao seu redor (Vasconcelos *et al.*, 2017).

As comunidades do campo, habitantes dos vastos territórios agrícolas, têm uma profunda conexão com a terra que cultivam e com o ciclo da natureza. Suas práticas agrícolas tradicionais, baseadas no conhecimento mediado de geração em geração, são um exemplo notório do respeito ao ambiente e à biodiversidade local. Suas festas e celebrações, como as festas de colheita, representam a gratidão pelos frutos que a terra oferece e reafirmam a importância de manter a harmonia com a natureza (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Já as comunidades das águas, que habitam as margens dos rios e lagos, têm uma relação íntima com os cursos d'água que sustentam sua subsistência e modo de vida. A pesca e o uso

sustentável dos recursos aquáticos são parte essencial de sua cultura e economia, e o rio é mais do que uma fonte de alimento, é uma via de transporte e um elemento central em suas tradições culturais e religiosas.

Por sua vez, as comunidades das florestas abrigam conhecimentos tradicionais valiosos sobre as plantas medicinais, a flora e a fauna local. Seus rituais e mitos estão intimamente relacionados com a proteção e a preservação da floresta, que é considerada sagrada. A caça e a coleta são atividades que fazem parte da subsistência dessas comunidades, e a sabedoria ancestral é um tesouro que deve ser respeitado e valorizado (Caldart, 2002).

O reconhecimento dessas distintas culturas presentes nas comunidades do campo, das águas e das florestas é fundamental para a promoção de uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural amazônica. A abordagem educacional deve partir do pressuposto de que cada grupo possui suas próprias tradições, crenças e formas de conhecimento, e que essas contribuições são igualmente importantes para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Ao levar em conta a riqueza cultural dessas comunidades, a educação pode se tornar uma ferramenta poderosa para o empoderamento das populações locais, permitindo que elas se reconheçam como agentes ativos na preservação de sua história e de suas práticas ancestrais. Além disso, uma educação sensível à diversidade cultural possibilita uma maior compreensão das dinâmicas sociais e ambientais da Amazônia paraense, contribuindo para a construção de soluções mais adequadas e contextualizadas para os desafios enfrentados por essas comunidades.

2.1 Valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante da educação desses povos

A valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais é um elemento fundamental na construção de uma educação enraizada na identidade e na cultura dos povos do campo, das águas e das florestas da Amazônia paraense. Ao reconhecer e incorporar esses saberes ancestrais ao sistema educacional, abre-se um caminho para uma aprendizagem significativa, empoderadora e alinhada com as realidades vivenciadas por essas comunidades.

Os conhecimentos tradicionais são fruto de séculos de convivência harmoniosa com a natureza e de adaptação às condições específicas de cada ambiente. Eles englobam um vasto

leque de saberes, que vão desde técnicas agrícolas sustentáveis, passando pela utilização de plantas medicinais e pela compreensão do ciclo das águas, até as habilidades artísticas e os rituais culturais que permeiam a vida dessas comunidades (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Ao valorizar esses conhecimentos, a educação reconhece a expertise adquirida por meio de uma conexão profunda com o território e com as tradições familiares, valorizando a sabedoria acumulada ao longo de gerações. Essa abordagem educa para a vida, oferecendo ferramentas práticas e significativas para a sobrevivência e o florescimento desses povos em seus ecossistemas únicos.

A integração dos conhecimentos tradicionais no currículo escolar promove a autoestima e o orgulho cultural, resgatando a autoconfiança e a autoafirmação dos jovens, que passam a se enxergar como detentores de um legado valioso. Essa valorização também ressalta a relevância das figuras dos mais velhos e dos líderes comunitários, que se tornam fontes de inspiração e referência para as novas gerações (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Além disso, a valorização dos conhecimentos ancestrais na educação permite o diálogo intergeracional, fortalecendo a coesão social e o respeito pelos mais velhos. A transmissão oral desses saberes torna-se uma ponte para o fortalecimento dos laços familiares e comunitários, enraizando as tradições no presente e no futuro.

Outro ponto de destaque é a sustentabilidade ambiental. Os conhecimentos tradicionais frequentemente são fundamentados em uma relação de respeito e harmonia com a natureza, promovendo práticas ecológicas e a preservação dos recursos naturais. Ao integrar esses saberes no ensino, estimula-se uma consciência ecológica mais profunda e uma compreensão dos impactos das ações humanas no ambiente. Hogan (1995) diz que a noção de sustentabilidade implica em uma necessária inter-relação entre justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a necessidade de desenvolvimento com respeito à capacidade de suporte.

Para o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio, 2022), a Educação Ambiental na perspectiva da consciência ecológica possui como objetivo entender os processos por meio dos quais o próprio homem/mulher na sociedade adquire a conscientização do seu meio ambiente e constrói valores sociais, habilidades concretas, competências e atitudes voltadas para a conservação do meio ambiente, buscando aprimorar as relações entre os seres humanos e a natureza, e uma melhor qualidade de vida e consciência ecológica/sustentabilidade ao solucionar os problemas socioambientais (Glasenapp; Agapito, 2013).

Para efetivamente valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais na educação, contudo, é necessário superar desafios como o preconceito e a marginalização que historicamente afetaram essas culturas. A criação de ambientes educacionais inclusivos, que acolham e respeitem a diversidade cultural, é essencial para que esses saberes sejam reconhecidos e legitimados como parte integrante do processo educacional.

2.2 Inclusão dos saberes culturais na educação dos povos da Amazônia paraense

A inclusão dos saberes culturais representa um pilar fundamental para enriquecer e tornar mais significativa a educação dos amazônidas, povos do campo, das águas e das florestas da região paraense. Ao incorporar os conhecimentos tradicionais, práticas ancestrais e valores culturais dessas comunidades no ambiente educacional, é possível construir uma abordagem pedagógica mais autêntica, relevante e alinhada com suas realidades, aspirações e desafios.

Um dos principais benefícios da inclusão dos saberes culturais é a promoção de uma educação contextualizada e significativa. Ao utilizar exemplos e casos que façam parte do cotidiano dessas comunidades, os estudantes se sentem mais envolvidos e conectados com o conteúdo, uma vez que percebem sua aplicabilidade direta em suas vidas. Aprender sobre suas próprias tradições e histórias enriquece a vivência educacional, criando um ambiente estimulante que valoriza suas identidades culturais (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Além disso, a inclusão dos saberes culturais contribui para a formação integral dos indivíduos, considerando não apenas o aspecto cognitivo, mas também o emocional, social e espiritual. A educação que respeita e valoriza a cultura local favorece o desenvolvimento de uma autoestima positiva e de uma consciência identitária, essenciais para o fortalecimento da autoconfiança e da identidade étnica dos amazônidas. Isso permite que os estudantes tenham orgulho de suas origens e se sintam pertencentes a uma comunidade culturalmente rica e diversa (Vasconcelos *et al.*, 2017).

A inclusão dos saberes culturais também é uma forma de combater a invisibilidade e o apagamento das culturas tradicionais. Muitas vezes, essas comunidades foram historicamente marginalizadas e desvalorizadas, e a educação se apresenta como um espaço propício para resgatar e preservar suas narrativas, tradições e sabedorias. Essa abordagem inclusiva cria um

ambiente de respeito mútuo, onde as diferenças culturais são valorizadas e celebradas, promovendo a tolerância e o diálogo intercultural (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Por fim, a inclusão dos saberes culturais na educação para os amazônidas não apenas fortalece a identidade cultural dessas comunidades, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais justa, plural e consciente. Essa abordagem educacional representa um passo significativo para a valorização da diversidade cultural, para o empoderamento desses povos e para o desenvolvimento sustentável da Amazônia paraense.

3 Críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo

As comunidades do campo da Amazônia paraense têm sido frequentemente confrontadas com um modelo de currículo educacional padronizado, que muitas vezes se mostra inadequado e distante de suas realidades e necessidades específicas. Esse currículo imposto ao campo é uma herança de uma visão educacional centralizada e homogeneizadora, que desconsidera as particularidades culturais e ambientais da região, negligenciando a riqueza dos saberes tradicionais e as formas de conhecimento construídas ao longo de gerações.

Uma das principais críticas ao modelo de currículo imposto é a falta de contextualização para com a vida e a cultura das comunidades do campo. O currículo padrão muitas vezes prioriza conteúdos que não têm relevância direta com a realidade desses povos, como exemplos e estudos de casos que não se relacionam com suas experiências cotidianas. Essa desconexão entre o ensino e a vida prática dos amazônidas contribui para o desinteresse dos estudantes e a sensação de que a educação formal pouco tem a oferecer em termos de aplicabilidade.

Esse modelo apresentou, para as escolas do campo, grande retrocesso em relação à educação dos filhos/as dos trabalhadores/as do campesinato, além de ser comum encontrar escolas em situações extremas de precariedades físicas. O esvaziamento dos conteúdos, a disparidade entre a realidade social dos alunos do campo e o currículo escolar contribuem direta e indiretamente para o fracasso e o abandono dos/as alunos/as do campo, que o fazem para contribuir com seus pais na lida com a agricultura ou na vida doméstica. Certamente que um “currículo oculto” (Silva, 2011) contribui para esse processo de pauperismo.

Outro ponto crítico é a ausência de uma abordagem pedagógica que leve em conta as especificidades do meio rural e a importância da preservação ambiental. O currículo imposto muitas vezes não aborda questões relacionadas à ecologia local, à sustentabilidade e à

conservação dos recursos naturais, que são fundamentais para a sobrevivência e bem-estar dessas comunidades. Essa lacuna na educação formal pode impactar negativamente a conscientização ambiental dos estudantes e, conseqüentemente, a preservação dos ecossistemas da Amazônia paraense (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Outra crítica relevante é a falta de investimento em infraestrutura e recursos educacionais adequados para as escolas rurais. Muitas dessas comunidades enfrentam dificuldades de acesso a materiais didáticos, tecnologias educacionais e instalações adequadas, o que afeta diretamente a qualidade da educação oferecida. A falta de investimentos compromete o desenvolvimento de um ensino de qualidade, atualizado e alinhado com as demandas educacionais contemporâneas.

O currículo é elemento fundamental do processo de ensino-aprendizagem, da definição dos tempos e espaços da organização da escola e, sobretudo, da dimensão fundante do processo de formação desenvolvido na escola do campo. Como reflete Arroyo (2007, p. 18), o currículo, os conteúdos, seu ordenamento e sequenciamento, suas hierarquias e cargas horárias são o núcleo fundante e estruturante do cotidiano das escolas do campo, dos tempos e espaços, das relações entre educadores/as e educandos, da diversificação que se estabelece entre os professores.

3.1 Problemas e conseqüências da imposição de um currículo descontextualizado

A imposição de um currículo descontextualizado nas comunidades rurais da Amazônia paraense gera uma série de problemas e conseqüências que afetam diretamente a qualidade e a eficácia da educação oferecida. Um dos principais problemas é a falta de motivação dos estudantes, que se sentem pouco engajados com os conteúdos apresentados. A desconexão entre o currículo e a realidade vivenciada pelos amazônidas torna o ensino pouco atrativo e relevante para suas vidas, levando a altos índices de evasão escolar e baixo desempenho acadêmico (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Uma educação que respeite a cultura e o modo de vida do campo é de suma importância para garantir uma aprendizagem significativa, inclusiva e alinhada com as realidades locais. Essa abordagem educacional busca reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais e ancestrais como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ao fazer isso, ela

empodera os estudantes ao reconhecer a riqueza de suas identidades culturais, permitindo que eles se vejam como protagonistas de sua própria formação (Freire, 1996).

Como ressalta Freire (1996), a educação contextualizada também é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais. Ao levar em consideração as especificidades ambientais da Amazônia paraense e a forma como essas populações interagem com a natureza, a educação pode fomentar uma consciência ecológica mais profunda e estimular práticas de preservação ambiental. Dessa forma, os estudantes são incentivados a se tornarem agentes ativos na proteção dos recursos naturais e na construção de um futuro mais sustentável.

Além disso, uma educação que respeita a cultura e o modo de vida do campo promove a inclusão social e combate a desigualdade. Ao reconhecer e valorizar os saberes locais, a escola abre espaço para a diversidade cultural e para a participação ativa das comunidades rurais no processo educativo. Essa abordagem inclusiva permite que as vozes e perspectivas dos amazônidas sejam ouvidas, garantindo a representatividade e a valorização de suas identidades culturais.

Por fim, uma educação que respeita a cultura e o modo de vida do campo contribui para a formação de cidadãos críticos, reflexivos e conscientes de seu papel na sociedade. Ao integrar os conhecimentos tradicionais ao currículo, a escola incentiva o pensamento crítico, a capacidade de análise e a compreensão das dinâmicas sociais e ambientais. Essa formação ampla e holística permite que os estudantes se tornem agentes transformadores em suas comunidades, capazes de enfrentar os desafios e construir soluções adequadas às suas realidades.

4 Avanços mediante a luta dos movimentos sociais

Os avanços na busca por uma educação mais adequada para os povos do campo na Amazônia paraense têm sido impulsionados por importantes movimentos sociais que lutam pela valorização dos saberes locais e pela inclusão de uma abordagem pedagógica contextualizada e emancipatória. Ao longo dos anos, esses movimentos têm desempenhado um papel fundamental na promoção de uma educação que respeite a cultura e o modo de vida das comunidades do campo, buscando romper com o modelo de currículo imposto e construindo alternativas para uma formação mais significativa e transformadora.

Paulo Freire (1996), um dos grandes pensadores da educação popular, enfatiza a importância de uma educação que dialogue com a realidade dos estudantes e valorize seus conhecimentos. Ele defende a construção conjunta do conhecimento, onde educadores e educandos aprendem juntos, em um processo de troca e reflexão. Nesse sentido, a educação para os povos do campo precisa partir do reconhecimento dos saberes locais como ponto de partida para o aprendizado, como afirma Freire: "Não se pode falar da educação dos camponeses, mas com os camponeses" (1996, p. 43).

Ao adotar uma perspectiva que parte dos saberes locais, a educação se torna mais contextualizada e próxima da realidade dos estudantes. Os conhecimentos tradicionais e práticas ancestrais das comunidades rurais, seja na agricultura, pesca, manejo sustentável dos recursos naturais ou nas formas de organização social, carregam um acervo de sabedoria que precisa ser reconhecido e incorporado ao processo educacional.

Ao considerar os saberes locais como ponto de partida, a educação deixa de ser um processo unidirecional, em que o conhecimento é transmitido de forma autoritária e descontextualizada, para se tornar uma construção coletiva em que professores e alunos aprendem juntos, trocam experiências e compartilham conhecimentos. Essa abordagem valoriza as identidades culturais dos povos do campo, promove o respeito à diversidade e cria um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e democrático (Freire, 1996).

Além disso, ao utilizar os saberes locais como base, os estudantes se sentem mais motivados e engajados no processo educacional, uma vez que percebem a relevância do que estão aprendendo para suas vidas e comunidades. Isso contribui para a construção de uma educação crítica, que estimula a reflexão sobre a realidade e o papel de cada indivíduo como agente de transformação social (Arroyo, 2005).

É importante destacar, entretanto, que reconhecer os saberes locais não significa desprezar o conhecimento científico e acadêmico. Pelo contrário, a integração desses diferentes tipos de conhecimento pode enriquecer ainda mais a educação dos povos do campo, possibilitando uma visão mais abrangente e complexa da realidade.

Para que essa abordagem seja efetiva, é fundamental que os educadores estejam abertos ao diálogo e à escuta atenta das comunidades, conhecendo suas realidades e necessidades específicas. Os currículos e práticas pedagógicas devem ser adaptados de forma a respeitar as particularidades de cada contexto e a garantir o protagonismo dos estudantes em seu próprio processo de aprendizagem.

A pesquisadora Martins (2009) destaca a importância de uma educação que leve em conta a cultura e a identidade dos povos rurais. Em seus estudos sobre a educação do campo, ela ressalta a necessidade de uma abordagem pedagógica que dialogue com as tradições culturais e valorize os conhecimentos mediados de geração em geração, destacando que "a escola precisa estar pautada no respeito e no reconhecimento da identidade e das tradições camponesas" (Martins, 2009, p. 14).

Outro nome relevante nessa discussão é Hage (2011), que defende uma educação que considere as particularidades do campo e da floresta. A afirmação de que "a educação deve ser vista como um processo de construção permanente que valoriza a cultura e o saber popular" (Hage, 2011, p. 43) ressalta a importância de uma educação dinâmica, em constante diálogo com as realidades locais e as tradições culturais das populações do campo e da floresta. Nessa abordagem, o conhecimento não é visto como algo estático e imutável, mas sim como uma construção coletiva, que se alimenta da diversidade de experiências e saberes presentes nessas comunidades.

Ao valorizar a cultura e o saber popular, a educação se torna mais inclusiva e abrangente, reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais na formação dos indivíduos e na preservação das culturas locais. A escola deixa de ser um espaço de imposição de conhecimentos distantes da realidade dos estudantes para se tornar um ambiente de troca, aprendizado mútuo e respeito às diferenças.

Além disso, essa abordagem também reconhece a importância do meio ambiente e da sustentabilidade na educação para os povos do campo e da floresta. A valorização dos saberes locais, muitas vezes relacionados à preservação da natureza e ao manejo sustentável dos recursos, contribui para o fortalecimento das práticas de conservação ambiental e para a conscientização sobre a importância da biodiversidade e do equilíbrio ecológico.

A visão de Hage (2011) também destaca a relevância da escola como agente de desenvolvimento das comunidades rurais. Uma educação que respeita a identidade cultural e as necessidades locais pode ser uma ferramenta poderosa para empoderar os moradores do campo e da floresta, capacitando-os para enfrentar os desafios da vida rural de forma mais autônoma e sustentável. A escola se torna, assim, um espaço de empoderamento e de promoção da cidadania, contribuindo para a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outros coletivos engajados na luta pela educação do campo, têm sido protagonistas na

busca por uma educação mais adequada para os amazônidas rurais. Eles têm promovido a formação de educadores comprometidos com uma pedagogia mais inclusiva e sensível às demandas locais, como aponta Arroyo (2005, p. 12): “Os movimentos sociais e sindicais têm sido o grande sustentáculo para formar e fortalecer educadores comprometidos com a luta popular”.

Esses movimentos têm lutado por iniciativas como a criação da Licenciatura em Educação do Campo, que busca formar educadores com um olhar atento para as questões rurais e com a capacidade de dialogar com as realidades específicas das comunidades do campo, das águas e das florestas.

A educadora Gaudêncio Frigotto (2004, p. 87) ressalta que a educação do campo deve ser pensada em uma perspectiva crítica e transformadora, como parte de uma luta mais ampla por justiça social. Ela enfatiza que "a educação do campo não é apenas uma questão educacional, mas uma questão política e ideológica".

Ao afirmar que a educação do campo é uma questão política, Frigotto (2004) destaca que a forma como a educação é concebida, estruturada e implementada nas comunidades rurais tem implicações diretas na dinâmica de poder e nas relações sociais presentes na sociedade. Isso significa que a educação do campo não é um processo neutro, mas carrega consigo interesses e valores que refletem a disputa de projetos políticos e ideológicos. Nesse sentido, a luta por uma educação do campo adequada é também uma luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A perspectiva crítica e transformadora da educação do campo proposta por Frigotto (2004) chama a atenção para a necessidade de ir além do mero repasse de conhecimentos e habilidades técnicas. Trata-se de uma abordagem educacional que busca desenvolver a consciência crítica dos estudantes, capacitando-os a compreender e questionar as estruturas sociais, econômicas e políticas que influenciam suas vidas. Dessa forma, a educação do campo torna-se um instrumento de empoderamento das comunidades rurais, permitindo que elas se tornem protagonistas na busca por mudanças e transformações em suas realidades.

A ênfase na dimensão ideológica da educação do campo destaca que o processo educacional é permeado por valores, ideias e crenças que refletem a visão de mundo de determinados grupos e classes sociais. Isso significa que a educação do campo pode ser usada tanto para reproduzir e reforçar relações de dominação e opressão, quanto para promover a conscientização e a resistência das comunidades rurais. Nesse contexto, a luta por uma

educação do campo justa e emancipatória envolve a disputa de diferentes concepções de educação e a busca por uma prática educativa que seja comprometida com os interesses e necessidades das comunidades rurais.

Os movimentos sociais têm sido essenciais na construção dessa perspectiva crítica e na promoção de uma educação mais adequada para os povos do campo na Amazônia paraense. Sua luta tem contribuído para valorizar os saberes culturais e tradicionais, para romper com a imposição de um currículo descontextualizado e para construir uma educação mais inclusiva, emancipatória e comprometida com as demandas e aspirações das comunidades rurais.

Assim, procurando enfrentar/confrontar o intenso processo de desterritorialização (Fernandes, 2005) que a nova forma de acumulação do capital no campo lhes impõe de forma voraz e acelerada, os camponeses organizados e em luta buscam, no acesso ao conhecimento, novas ferramentas de resistência.

Dessas lutas árduas, emerge a Educação do Campo (EC), e as políticas públicas conquistadas por meio dela, sendo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) uma das principais.

É a partir da perspectiva da ênfase à produção do conhecimento dos cursos do PRONERA de Formação de Educadores/as que tem sido possível apontar a sua contribuição para o projeto camponês de desenvolvimento.

No tocante à Educação Superior brasileira, são observados os dados estatísticos com o intuito de se analisar o impacto das privatizações na expansão desse nível de ensino nos últimos 25 anos. O estado brasileiro saltou de 690.450 matrículas no setor público e 970.584 no setor privado em 1994 para 2.077.481 no setor público e 6.373.274 em instituições privadas no ano de 2018.

Esses dados representam um crescimento exponencial de mais de 600% para o setor privado que, atualmente, conforme Mancebo (2019), concentra mais de 75% do número de matrículas na Educação Superior. Silva Júnior e Sguissardi (2011) apontam que, em uma sociedade com o modelo de desenvolvimento capitalista, produtor de alto grau de desigualdade, a concentração de oferta de serviços no setor privado acirra ainda mais as desigualdades. Ao longo da sua recente história, o estado brasileiro tem negado o acesso, a massificação e a universalização da Educação Superior, especialmente para a população nas faixas de renda média e baixa, inclusive aos sujeitos do campo.

Mesmo diante dos limites apresentados e encontrados para definir “educação do campo”, Caldart destaca três momentos distintos e importantes, mas simultâneos, que integram esse conceito: a educação do campo é negatividade, é denúncia da inferioridade com que são tratados os trabalhadores do campo e luta contra a precariedade das escolas do campo e contra a dificuldade de acesso à educação. Por outro lado, é também positividade, com propostas e práticas concretas de como fazer a educação. A educação do campo é superação, um projeto de transformação social e emancipação humana (Caldart, 2008).

É salutar lembrar que o PRONERA é uma política pública que pretende efetivar – dentro da perspectiva da educação do campo – o direito à educação da população residente no campo, direito este que a Constituição de 1988 consagrou como fundamental. Mas para que se compreenda o papel que a educação alcança no atual ordenamento jurídico, não basta que se analise os dispositivos constitucionais que se reportam diretamente à educação. É preciso entender o contexto que informa essas normas. É fundamental analisar o tipo de Estado que se pretende construir, e quais são suas prioridades.

4.1 Características e particularidades da região da Amazônia paraense em relação à educação do campo

A regionalização da discussão para a Amazônia paraense é de extrema importância quando se trata da educação do campo, pois a região possui características e particularidades únicas que influenciam diretamente as demandas e desafios enfrentados pelas comunidades rurais. Compreender as especificidades da Amazônia paraense é essencial para garantir uma abordagem educacional mais contextualizada e efetiva, que valorize a cultura, os saberes tradicionais e as necessidades desses povos (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Uma das principais características da Amazônia paraense é a sua imensa extensão territorial, abrangendo áreas remotas e de difícil acesso. Isso representa um desafio logístico para a oferta de educação de qualidade, uma vez que muitas comunidades rurais estão distantes dos centros urbanos e enfrentam limitações de infraestrutura. A regionalização da discussão permite identificar as áreas mais carentes de serviços educacionais e direcionar esforços para garantir o acesso equitativo à educação em toda a região.

Outra particularidade da Amazônia paraense é a sua rica diversidade cultural e étnica. A região abriga uma multiplicidade de povos indígenas, comunidades quilombolas e

populações tradicionais, cada uma com suas próprias línguas, tradições e modos de vida. A regionalização da discussão permite reconhecer essa diversidade e valorizar os saberes ancestrais presentes em cada grupo étnico, contribuindo para a preservação da identidade cultural dessas comunidades.

Além disso, a Amazônia paraense é conhecida por sua exuberante biodiversidade e riqueza ambiental. A educação do campo nessa região deve enfatizar a importância da sustentabilidade e da preservação dos recursos naturais, conscientizando os estudantes sobre a relevância da conservação dos ecossistemas locais para o equilíbrio ecológico global. A regionalização da discussão permite abordar questões ambientais específicas da Amazônia paraense, como o desmatamento, a exploração ilegal de recursos naturais e as mudanças climáticas, capacitando os estudantes a serem agentes ativos na proteção do meio ambiente (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Outro aspecto a ser considerado é a relação simbiótica entre as comunidades rurais e a floresta. A educação do campo na Amazônia paraense deve incentivar uma visão holística do ambiente, onde as práticas agrícolas sustentáveis e a convivência harmoniosa com a natureza são valorizadas (Vasconcelos *et al.*, 2017). A regionalização da discussão permite que a educação se concentre em soluções e estratégias específicas para a convivência com os recursos naturais locais, proporcionando uma educação mais relevante e aplicável à realidade das comunidades rurais.

É importante destacar que a regionalização da discussão também possibilita uma maior participação das comunidades locais na definição das políticas educacionais. O envolvimento ativo das lideranças comunitárias, dos educadores e dos estudantes na tomada de decisões sobre a educação do campo permite que as políticas sejam mais alinhadas com as necessidades reais das comunidades e com sua visão de desenvolvimento sustentável.

A importância de adaptar as abordagens educacionais para as necessidades específicas da região amazônica paraense não pode ser subestimada. Cada comunidade rural possui suas particularidades culturais, ambientais e sociais, o que demanda uma educação que esteja alinhada com suas realidades e necessidades. Ao adaptar as abordagens educacionais, é possível criar um ambiente de aprendizagem mais acolhedor, inclusivo e relevante para os estudantes, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade cultural e os saberes tradicionais presentes na região (Arroyo, 2005).

A regionalização das abordagens educacionais implica em levar em consideração o contexto local ao desenvolver os currículos e práticas pedagógicas (Freire, 1996). Isso pode incluir a incorporação de exemplos e estudos de caso que sejam relevantes para a realidade amazônica paraense, a valorização dos conhecimentos tradicionais e ancestrais presentes nas comunidades, e a promoção de temas relacionados à sustentabilidade ambiental e à conservação dos recursos naturais. Dessa forma, os estudantes se sentirão mais conectados com os conteúdos abordados, percebendo a importância do que estão aprendendo em suas vidas diárias.

Adaptar as abordagens educacionais também envolve reconhecer e valorizar as múltiplas formas de conhecimento presentes na região amazônica paraense. A educação do campo não deve se limitar apenas aos saberes acadêmicos formais, mas também deve incluir os conhecimentos tradicionais transmitidos oralmente pelas gerações mais velhas, as práticas sustentáveis desenvolvidas ao longo do tempo e a sabedoria acumulada pelas comunidades rurais em suas interações com a natureza. Essa abordagem mais abrangente enriquece a educação dos amazônidas paraenses, permitindo que eles tenham uma visão mais completa e holística do mundo ao seu redor (Vasconcelos *et al.*, 2017).

Outro aspecto importante é o uso da linguagem regional no título como forma de representação e aproximação com a comunidade. Ao utilizar expressões como "porreta" e "mano" no título do trabalho, busca-se criar um vínculo afetivo e identitário com os amazônidas paraenses, demonstrando que a pesquisa e a discussão realizadas têm como objetivo compreender e valorizar a cultura e o linguajar local. Essa escolha linguística representa um esforço para romper com a padronização e homogeneização cultural que muitas vezes permeia a educação, promovendo uma abordagem mais autêntica e sensível às particularidades da região.

Ao representar e se aproximar da comunidade por meio da linguagem regional, o título do trabalho se torna mais acolhedor e acessível aos amazônidas paraenses, demonstrando respeito pela sua cultura e identidade. Essa aproximação facilita o engajamento dos leitores e cria um espaço para o diálogo intercultural, onde as vozes e perspectivas locais são valorizadas. Dessa forma, o título se torna uma forma de expressar o compromisso com uma educação mais inclusiva e representativa, que reconhece a importância da diversidade cultural e da valorização dos saberes populares na construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa.

5 Considerações finais

Ao longo deste artigo, exploramos a relevância da educação porreta, mano, para os povos do campo, das águas e das florestas na Amazônia paraense. Nossa discussão enfatizou a importância de reconhecer e valorizar os saberes locais como ponto de partida para o aprendizado dessas comunidades tradicionais. Nessa perspectiva, abraçamos a visão de educadores como Arroyo (2007), Freire (1996), Hage (2011) e Vasconcelos (2017), que defendem uma educação que respeite a diversidade cultural, considere as particularidades do campo e da floresta e promova o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

A partir do respeito à diversidade cultural, podemos construir uma educação contextualizada, que reconheça e valorize as práticas tradicionais, o conhecimento ancestral e a identidade cultural dos povos da Amazônia paraense. Ao adotar uma abordagem pedagógica que parta dos saberes locais, a escola se torna um espaço de diálogo e aprendizado mútuo, onde professores e alunos compartilham experiências e constroem conhecimento juntos.

Também discutimos, contudo, as críticas ao modelo atual de currículo imposto ao campo, que muitas vezes aliena os estudantes das suas realidades e contribui para a marginalização de suas culturas. Nesse sentido, é essencial repensar a educação formal, garantindo que os conteúdos sejam relevantes e conectados com a vivência e os interesses das comunidades rurais.

Vale destacar que, a despeito dessa imposição curricular, muitas escolas, por iniciativa própria, por envolvimento da comunidade e por influência dos movimentos sociais do campo vêm desenvolvendo inúmeras experiências de práticas curriculares fundamentadas nos temas geradores oriundos da concepção de Educação de Paulo Freire, da Pedagogia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Pedagogia da Alternância, educação contextualizada no semiárido, em busca de inserir nas escolas temas da realidade das comunidades onde as instituições de ensino estão inseridas, sendo problematizados e refletidos em busca de uma consciência crítica e de uma práxis social transformadora.

Reconhecemos os avanços conquistados, por meio das lutas dos movimentos sociais, especialmente os sem-terra, que têm sido fundamentais na busca por uma educação mais adequada para os povos do campo na Amazônia paraense. A criação da Licenciatura em Educação do Campo é um exemplo significativo de como a mobilização social pode gerar

mudanças positivas na educação, possibilitando a formação de professores mais sensíveis e engajados com a realidade dos estudantes.

A Educação para os Sujeitos do Campo é um projeto político e pedagógico de educação classista, que emerge das necessidades/dificuldades e experiências dos camponeses, dos movimentos sociais do campo, como crítica construtiva e como proposição de um projeto educativo contra hegemônico que luta incessantemente pelo acesso à educação como um direito dos povos do campo, que foi negado ao longo da formação social do estado.

Para além do direito, portanto, essa concepção de educação ousa definir princípios teóricos, pedagógicos e curriculares. Exige-se que sejam contemplados nas políticas educacionais brasileiras e no contexto da Amazônia paraense para o campo as diversidades de modos de vida, de cultura, de produção, de organização e luta das populações que vivem no/do e para o campo.

Referências

ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo.** Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. –Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

ARROYO, M. G. **Por Uma Educação do Campo.** Editora Liber Livro. 2005.

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade.** v. 26, n. 92, p. 725-751, 2005.

CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: Traços de Uma Identidade em Construção.** Atlas. 2002.

CALDART, R. S. Sobre educação do campo. *In:* FERNANDES, B. M.; OLIVEIRA, C. J.; SANTOS, C. A.; DUARTE, C. S.; MICHELOTTI, F.; MOLINA, M. C.; CALDART, R. S. **Educação do campo: campo - políticas públicas - educação.** Brasília: Inca; MDA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa.** Editora Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século.** Editora Cortez. 2004.

GLASENAPP, D.; AGAPITO, J. **Educação Ambiental e Consciência Ecológica: Possíveis Interloquções.** XI Congresso Nacional de Educação EDUCERE, Curitiba-PR, 2013.

HAGE, S. X. **Educação do Campo: Contextos e Perspectivas**. Orgs: João Pedro Stédile, Maria Fernanda de Andrade Barbato, Leonardo Fernandes T. Boff, Salomão Ximenes. Expressão Popular, 2011.

HOGAN, D. J. A Qualidade Ambiental Urbana, oportunidades para um novo salto. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 1995.

MARTINS, M. F. A. **Educação do Campo: Textos de Apoio para Gestores Municipais**. 2009.

VASCONCELOS, M. E. O. *et al.* **Educação do campo no Amazonas: história e diálogos com as territorialidades das águas, das terras e das florestas**. 2017.

Enviado em: 02/08/2023

Revisado em: 26/10/2023

Aprovado em: 30/10/2023